

empreendimentos habitacionais contratados pelo projeto Minha Casa, Minha Vida (faixa I), a infraestrutura externa que traz a funcionalidade do empreendimento é responsabilidade do GDF. 5) Dentro do edital do chamamento foram incluídos dois equipamentos públicos de responsabilidade da construtora, um CRAS e um Centro de Ensino Infantil. A CODHAB também promoveu dois concursos públicos para outras duas escolas. 6) Hoje os projetos de infraestrutura estão orçados em R\$ 14.862.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e sessenta e dois mil reais), já há uma garantia pela Fonte 100 de R\$ 6.602.000,00 (seis milhões, seiscentos e dois mil reais). Por isso faz-se necessária a complementação acima pleiteada de R\$ 8.259.826,63 (oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos). 7) O projeto contempla edifícios de quatro pavimentos, com apartamentos de dois quartos, com área aproximada de 47m², é feito uso misto em todo o empreendimento. As áreas dos condomínios são dotadas de áreas de lazer, playground, centro comunitário e um apoio administrativo com dois banheiros. A previsão da população beneficiada com o empreendimento é de 12.367 (doze mil trezentos e sessenta e sete habitantes). 8) As obras das três primeiras contratações já estão acontecendo, fato que evidencia a urgência em se iniciar a infraestrutura do empreendimento. Necessário esclarecer que o projeto de iluminação pública não foi contemplado na licitação, este será realizado no final da conclusão do empreendimento. A conselheira Ilda Ribeiro Peliz ressaltou as necessidades básicas sofridas pela comunidade do Paranoá Parque em virtude de falta de infraestrutura e questionou se isso tem sido uma preocupação da CODHAB em relação ao empreendimento Crixá. Em resposta à senhora Júnia Salomão Federman esclareceu que quando um empreendimento habitacional é realizado, previamente são feitos estudos de viabilidade que são remetidos às secretarias responsáveis por seus equipamentos públicos, e que são elas que apresentam o tipo de equipamento que deve ser construído e suas especificações. O senhor Antônio Batista de Moraes sugeriu uma mudança no modelo de negócio, como por exemplo, realizar parceria com a iniciativa privada para promover educação onde o governo ainda não conseguiu implementar um equipamento público. O Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues iniciou a votação para a aprovação da destinação de capital no valor de R\$ R\$ 8.259.826,63 (oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos) para complementação de orçamento de execução de infraestrutura do empreendimento Crixá, sendo que houve sete votos a favor e uma abstenção pela CODHAB por esta ser interessada. O Secretário Adjunto reiterou a necessidade de se empenhar esse valor até o final do ano visando à garantia do valor para a execução da obra. Item 3. Assuntos Gerais: O senhor Antônio Batista de Moraes lembrou do fim do governo e agradeceu pela relação produtiva que o atual governo desempenhou. Passou ao Item 4. Encerramento: Não havendo mais discussões e debates, a reunião foi encerrada pelo Secretário Adjunto Luiz Otavio Alves Rodrigues agradecendo a presença de todos. LUIZ OTAVIO ALVES RODRIGUES - Secretário Adjunto - Vice-Presidente; ILDA RIBEIRO PELIZ - Representante Titular SEDESTMIDH; JORGE ERNANI MARINHO SANTOS - Representante Suplente - SEFAZ; GUSTAVO DIAS HENRIQUE - Representante Suplente - TERRACAP; RAFAEL LOSCHI FONSECA - Representante Suplente - IBRAM; JOSÉ ANTONIO BUENO MAGALHÃES JUNIOR - Representante Área empresarial - SINDUSCON/DF; JUNIA SALOMÃO FEDERMAN - Representante Suplente - CODHAB; NILVAN VITORINO DE ABREU - Representante Titular de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação; ANTONIO BATISTA DE MORAIS - Representante Titular de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação. Ata aprovada na 20ª Reunião Ordinária realizada no dia 24 de abril de 2019.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Presidente

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de abril do ano de dois mil e dezenove, no SCS, Quadra 06, Bloco A, 2º Andar, Salda de Reuniões - Edifício Sede da SEDUH, foi aberta, pelo Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação/SEDUH, na qualidade de Presidente, a 20ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social - CG/FUNDHIS, que contou com a presença dos Conselheiros relacionados ao final desta Ata, para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta a seguir transcrita: 1. Ordem do dia: 1.1 Abertura, 1.2 Verificação do quórum, 1.3 Informes do Presidente, 1.4 Posse de conselheiros, 1.5 Apresentação do calendário de Reuniões - Exercício 2019, 1.6 Aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária de 20/11/2018, 1.7 Palavra da gestora dos Fundos. 2. Itens para Apreciação e Deliberação: 2.1 Processo Nº 00392-00008397/2018-02, Interessado: CODHAB, Assunto: Aprovação/Convalidação da Resolução nº 01/2018, que trata de despesas referentes às obras de infraestrutura externa ao empreendimento Bairro Crixá, a título de contrapartida do GDF, no valor de R\$ 8.259.826,63 (Oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos). A Convalidação da Resolução em questão é necessária em virtude de tratar de execução para o exercício de 2019. O processo instruído para a contratação do objeto em questão encontra-se relacionado aos presentes autos. 3. Assuntos Gerais. 4. Encerramento. Na 1. Ordem do dia, Subitem 1.1 Abertura, o Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação/SEDUH, saudou os presentes, pedindo desculpas pelo atraso dos trabalhos, que seu deu por ter participado do evento de "Direito Imobiliário e Urbanístico." Considerou-se honrado em participar desta primeira reunião da atual gestão do governo, mencionando e apresentando a Senhora Giselle Moll Mascarenhas, Secretária-Adjunta da SEDUH e a Senhora Adriana Savith, Subsecretária de Administração Geral. Disse estar sensibilizado com a importância tanto do FUNDHIS quanto do Conselho de Administração do Fundo de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - FUNDURB, pela nobreza de seus papéis, especialmente do FUNDHIS, que trata da aplicação de recursos para as habitações de interesse social. Em seguida passou a palavra para a Secretária Adjunta Giselle Moll Mascarenhas, que também deu boas-vindas aos presentes, ressaltando a importância do FUNDHIS. Lembrou-se dos desafios que serão cumpridos em função da lei de contingenciamento dos fundos e disse esperar que este tema seja tratado em breve e que seja ampliada a utilização dos fundos na forma necessária. No Subitem 1.2 Verificação do quórum, verificou-se a existência de quórum. Em seguida passou para o Subitem 1.3 Informes do Presidente: O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira informou que a SEDUH está imbuída em trabalho no FUNDHIS e no FUNDURB, na criação de mecanismos para ampliar os recursos aprovados no Conselho Gestor para que de fato haja aplicação efetiva dos recursos. Disse ter ficado surpreso com um levantamento feito sobre a arrecadação desses Fundos, estes em decorrência dos pagamentos das Outorga Onerosa do Direito de Construir - Odir e Outorga Onerosa de Alteração de Uso - Onalt, e que boa parte dos recursos arrecadados na última gestão não foram efetivamente utilizados, o que implica que ao final de cada exercício o superávit vai para conta do Tesouro, provocando, assim, um prejuízo enorme para a população visto que esses Fundos visa as melhorias dos espaços públicos, requalificações e projetos voltados para área de regularização fundiária de interesse social. O diagnóstico da SEDUH demonstrou que a falta de aplicação não se deu por falta de atuação deste Conselho Gestor, mas sim por falta de acompanhamento e monitoramento, na ponta, e pelo fato de os recursos não ficarem carimbados, apesar de aprovados. afirmou que os recursos têm que ser efetivamente desembolsados após o processo licitatório para que não fiquem como superávit de um exercício para o outro. Informou que a nova gestão priorizará a realização das obras das Quadras 511 e 512 da W3 Sul, do Setor Comercial Sul e do Setor de Rádio e TV Sul com verbas do FUNDURB. Pontuou que a Secretaria de Obras está em fase de licitação para o Setor Hospitalar Local Sul. Disse ainda contar com a ajuda de todos os membros do FUNDHIS, especialmente da Sociedade Civil, na definição das prioridades para aplicação dos recursos do Fundo. Seguindo os trabalhos, passou tratamento do Subitem 1.4 Posse de conselheiros: Senhora Giselle Moll Mascarenhas, membro suplente representante da SEDUH; Senhora Júnia Salomão Federman, membro suplente representante da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito - CODHAB; Senhor Rafael Loschi Fonseca, membro suplente representante do Instituto Brasília Ambiental -

IBRAM; Senhor Leonardo Lúcio Lopes Cançado, membro suplente representante da Secretaria do Estado de Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão do Distrito Federal - SEFP e da Senhora Juliana Cristina de Azevedo Ferreira, membro suplente representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal - SEDS. Em seguida passou ao Subitem 1.5 Apresentação do calendário de Reuniões - Exercício 2019: A 20ª Reunião Ordinária do FUNDHIS será realizada em 24 de abril de 2019; a 21ª Reunião Ordinária do FUNDHIS será realizada no dia 11 de junho de 2019; a 22ª Reunião Ordinária do FUNDHIS será realizada no dia 10 de setembro de 2019; a 23ª Reunião Ordinária do FUNDHIS será realizada no dia 10 de dezembro de 2019. Em havendo necessidade, serão convocadas reuniões extraordinárias. O calendário foi aprovado conforme apresentado. A seguir, passou a ser tratado o Subitem 1.6 Aprovação da Ata da 19ª Reunião Ordinária de 20/11/2018: A ata foi aprovada, conforme apresentada. Dando sequência, passou ao Subitem 1.7 Palavra da gestora dos Fundos - passando a palavra a Senhora Fernanda Zardini, Gestora de Fundos da SEDUH, se pronunciou, dizendo que neste atual exercício serão trabalhados alguns projetos de acordo com o orçamento proposto no ano de 2018. Na pauta de hoje será apresentado projeto de convalidação de uma obra que a CODHAB já está executando e a Secretaria de Fazenda já deu garantia dos recursos, informou a Gestora. O orçamento aprovado este ano, o que não significa estar disponível, são 65 milhões de reais, que foram solicitados em 2018. Este valor ainda não foi atendido porque não foi executado, e os projetos propostos no final do último exercício não existem por conta do superávit. Por enquanto, disse, deve haver uns 15 milhões de reais para atender os 8 milhões de reais da CODHAB e alguns outros projetos já publicados para a execução de alguns projetos. Em seguida, o Conselheiro Antônio Batista de Moraes disse que um dos grandes problemas existentes no FUNDHIS é que, apesar de ter o orçamento, não se consegue fazer os projetos a tempo, e a Sociedade Civil não se atenta para quais são as finalidades de investimentos do FUNDHIS. Lembrou uma pauta já aprovada no FUNDHIS, que trata das melhorias das moradias de interesse social, mas que parte dos técnicos interpreta essas melhorias como custeio, mas não são custeios, segundo o Conselheiro, mas sim reformas de residências sociais que estão em condição de risco. Ressaltou que a grande questão foi que os projetos não andavam para serem aprovados a tempo de se fazer a cobrança política e administrativa para que os recursos fossem aplicados. Outro ponto abordado pelo Conselheiro foi sobre o FUNDHIS não ter sido contemplado em duas comissões da Conferência das Cidades, o que deveria ter acontecido, segundo ele. Observou que a comissão que está elaborando o PLANDHIS não tem representantes no FUNDHIS, mas deveria ter, em sua visão. E sobre o calendário de trabalhos da Conferência das Cidades e das pré-conferências, que vão eleger os delegados para a conferência principal, disse entender que deveria ser público. Por isso, solicitou publicidade dessas datas. Sobre este último tema abordado pelo Conselheiro, o Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira disse que já existe um cronograma a ser divulgado, que está em fase final de definições. Novamente, o Conselheiro Antônio Batista de Moraes voltou a falar e desejou boa sorte aos gestores atuais do Governo, com esperança de que os projetos sejam concretizados. O Secretário Mateus Leandro de Oliveira disse que o desejo da atual gestão é virar uma página difícil de ineficiência do Estado e suprir as necessidades dentro de uma grande articulação e que está vendo com bons olhos a integração entre os órgãos e as secretarias. Ressaltou que é preciso rever a lógica de trabalho do FUNDHIS visando equilibrar a aplicação dos recursos, definindo prioridades que façam sentido dentro do contexto de interesse social. Para tanto, pós SEDUH à disposição do Conselheiro Antônio Batista de Moraes. Com a palavra o Conselheiro Antônio Batista de Moraes agradeceu e desejou boas vindas e uma boa Gestão ao Secretário. Em seguida, a palavra foi franqueada aos demais da Plenária: 1) O Conselheiro Igor de Farias Basílio, representantes das Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação, parabenizou a presidência e aos novos Conselheiros e reforçou a fala do Conselheiro Antônio Batista de Moraes, dizendo que os Movimentos Populares têm o sentimento de que a coisa vai acontecer, mas não acontece. 2) O Conselheiro Nilvan Vitorino de Abreu, representantes das Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação, desejou boa sorte a todos na nova gestão, e questionou qual lógica deve ser investida no processo para que as coisas aconteçam. Reivindicou que as situações das melhorias das casas mencionadas pelo Conselheiro Antônio Batista de Moraes sejam tratadas e tenham critérios de atendimento de acordo com a legislação. Também tratou das áreas de interesse social contidas no Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, para as quais os recursos deveriam ter sido transferidos à CODHAB para fazer licenciamentos e desenvolver projetos que atendam sua finalidade. Disse que a Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009 destinou várias áreas para o interesse social. Por isso o Conselheiro solicitou que a CODHAB, em conjunto com a SEDUH, oficialize a Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP para que ela informe em que situação estão essas áreas. O Conselheiro solicitou que as áreas que não foram ainda transferidas ao Governo do Distrito Federal - GDF possam ser transferidas imediatamente. O Conselheiro pediu que os recursos do Fundo cheguem na ponta, com a aplicação dos recursos naquilo que já foram destinados e aprovados. Desejou sorte aos novos Conselheiros e à nova gestão de Governo e se pôs à disposição para contribuir com o Governo na defesa da Sociedade Civil. Em seguida, o Secretário Mateus Leandro de Oliveira parabenizou os oradores pelas suas manifestações, e disse que tem uma visão muito clara de que o Governo só irá avançar em todas essas questões com a visão e contribuição da Sociedade Civil, especialmente na definição de prioridades. Sobre a questão das áreas da Terracap serem repassadas para a Codhab, disse que desde a transição do Governo, foi identificado na questão da regularização fundiária um problema muito sério, que era a falta de informação, ou de organização ou de transparência das informações. Informou que foi identificado que das 83 áreas definidas como Áreas de Regularização de Interesse Social - ARIS e Áreas de Regularização de Interesse Específico - Arine, no Plano Diretor de 2009, só 10% chegaram a concluir todo o processo. O Secretário informou que já foi anunciada a criação do Portal da Transparência da Regularização Fundiária, com o objetivo de colocar um painel ilustrativo de como estão os andamentos dos projetos, tanto de ARIS quanto de ARINE, para entender onde está o problema e como o mesmo deve ser tratado, não com a intenção de achar culpados, mas sim de superar os problemas. Com a Terracap priorizando e se responsabilizando pelo desenvolvimento dos projetos, numa linha de produção e cronograma de tempo ou a CODHAB, será preciso ter uma equipe de orçamentos e recursos para desenvolver esse trabalho. E a SEDUH já está nesse nível de discussão estratégica no enfrentamento dessa questão. A Senhora Fernanda Zardini voltou a se manifestar e esclarecendo ao Senhor Conselheiro Antônio Batista de Moraes que o Capítulo 3 do Decreto que regulamenta a utilização do Fundo informa tudo que pode ser ou não utilizado. Em relação à aplicação dos recursos financeiros, disse ser preciso que os projetos cheguem a ela, como gestora de Fundos, para que ela possa tomar conhecimento e dizer se tem ou não recursos para depois apresentar ao Conselho para aprovação da utilização dos mesmos, e depois do projeto fazer a licitação ou ter uma estimativa de custos. E esse processo leva muito tempo, segundo ela. E a queda desses recursos, todo final de ano, tem um impacto enorme para execução dos projetos. Esclareceu que o fato de estar no orçamento, não significa que a arrecadação já aconteceu, e também não significa garantia de que no final será executada nem metade do que está no Fundo. O Secretário Mateus Leandro de Oliveira argumentou que essas questões devem ser corrigidas para que não haja sobras de projetos e falta de verbas. A Senhora Fernanda Zardini informou que tem no Fundo hoje 8 milhões de reais para o compromisso com a CODHAB, já garantidos pela Secretaria de Estado de Fazenda. Em seguida, o Conselheiro Leonardo Lúcio Lopez, da Secretaria de Estado de Fazenda, Planejamento Orçamento e Gestão do Distrito Federal/SEF, informou que a Secretaria de Estado de Fazenda não conseguiu executar todos os seus projetos, e ainda, outro problema é precisar do financeiro para fazer jus ao orçamento previsto. Mas isso não seria um problema porque o Governador vê com muito bons olhos os projetos sociais. Disse esperar que o FUNDHIS execute seus projetos propostos. E a questão orçamentária dos 65 milhões de reais previstos na Lei Orçamentária Anual - LOA, se conseguir executar isso tudo, a questão financeira não será problema. Esclareceu que a previsão orçamentária depende da realização da arrecadação. Por isso, a importância da Secretaria de Estado de Fazenda atingir suas metas de arrecadação. Dando continuidade aos trabalhos, passou ao Item 2. Itens para Apreciação e Deliberação, Subitem 2.1 Processo : 00392-00008397/2018-02, Interessado: CODHAB,

Assunto: Aprovação/Convalidação da Resolução nº 01/2018, que trata de despesas referentes às obras de infraestrutura externa ao empreendimento Bairro Crixás, a título de contrapartida do GDF, no valor de R\$ 8.259.826,63 (Oito milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e vinte e seis reais e sessenta e três centavos). A Convalidação da Resolução em questão é necessária em virtude de tratar de execução para o exercício de 2019. O processo instruído para a contratação do objeto em questão encontra-se relacionado aos presentes autos. A Senhora Fernanda Zardini informou que o projeto em questão já foi colocado em pauta ano passado, e o mesmo trata do empreendimento da área externa do Bairro Crixás e para que o projeto seja iniciado é necessário liberar os recursos para a CODHAB. A Conselheira Júnia Salomão Federman passou ao relato do processo, antes, porém, falou da importância do papel da CODHAB e da SEDUH nos projetos de habitação de interesse social, tendo-os como prioritários. Disse ser frustrante, no momento da contratação de um projeto não ter os recursos para contratá-lo. Informou que para a localidade referida no processo, foi aprovada pelo Fundo uma Unidade Básica de Saúde/Centro de Ensino Infantil, em 2018. E essa UBS está em obras, e a CODHAB conseguiu o recurso de outra fonte. Em relação ao projeto do Bairro Crixás, disse ser um empreendimento Faixa 1, que já foi contratado parcialmente e que o potencial dele é 3.120 unidades habitacionais, onde quase duas mil unidades já foram contratadas. Foi o único empreendimento Faixa 1 contratado para o Distrito Federal no último ano. São apartamentos de 47 m2, dos quais a infraestrutura externa do empreendimento é obrigação do Governo do Distrito Federal. O recurso para a implantação dessa infraestrutura foi conseguida por outra fonte, mas aconteceu a mudança de gestão e o recurso foi perdido. Hoje essa infraestrutura está estimada em 14 milhões e 800 mil reais, dos quais 6 milhões e 600 mil reais, a CODHAB já garantiu para que fosse executada parte das obras. Disse que esses 8 milhões entraram na conta exatamente pela contratação das unidades habitacionais do Bairro Crixás. Por isso, a defesa é do uso desse recurso que estava na conta para pagar o remanescente dessa infraestrutura que já está contratada e já está para iniciar sua execução, mas não se pode dar ordem de serviço sem a garantia desse recurso para os serviços de infraestrutura externa, como pavimentação, drenagem, esgotamento sanitário, energia e abastecimento de água. O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira esclareceu que essa aprovação já ocorreu na última reunião do Fundo. E o que está sendo feito hoje é uma espécie de ratificação, uma vez que houve a mudança de exercício. A Conselheira Júnia Salomão Federman confirmou que o projeto já foi aprovado sim, e que hoje se trata apenas da ratificação do mesmo, e que não houve alteração em relação ao projeto anteriormente aprovado. Senhora Fernanda Zardini questionou se se trata de recurso federal. Ao que lhe foi confirmado que sim, são recursos da Caixa Econômica Federal. E não se trata de repasse, mas sim de um contrato do Programa Minha Casa Minha Vida, feito com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, onde no momento da contratação da construtora com o agente financeiro tem uma porcentagem do valor do terreno, que a construtora deposita na conta do FUNDHIS pela alienação do terreno. Esse valor foi o que entrou na conta do FUNDHIS. No caso da Caixa Econômica Federal, ela deposita para o Fundo o valor que a construtora depositou no momento da contratação, esclareceu a oradora. O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira Após apresentação do processo, e não havendo quem da Plenária quisesse se manifestar, o Processo Nº 00392-00008397/2018-02 foi posto em votação e aprovado/convalidado, com abstenção da Conselheira Júnia Salomão Federman por ser relatora interessada. Item 3. Assuntos Gerais: 1) A Senhora Giselle Moll Mascarenhas apresentou um relato sobre a Conferência das Cidades, dizendo ser importante a continuidade dessa iniciativa, mesmo em função da extinção do Ministério das Cidades. Toda a metodologia de elaboração da Conferência já foi montada e discutida, apesar de um problema administrativo, que é o fim, em abril de 2019, do contrato de execução de eventos, mas será contratada outra empresa de eventos e por isso que a Conferência Distrital das Cidades vai acontecer no segundo semestre de 2019, para que dê tempo formalizar todos os procedimentos da licitação da empresa de eventos. A oradora informou que já existe uma prévia de calendário, que não foi divulgado ainda para não gerar expectativas, mas as reuniões preparatórias da Conferência devem acontecer em julho, agosto e setembro, e a Conferência em si deve acontecer em outubro de 2019. Em breve todos serão informados sobre o calendário com todos os detalhes da realização da 2ª Conferência. 2) O Conselheiro Antônio Batista de Moraes lembrou que a Conferência das Cidades vai eleger os novos conselheiros da Sociedade Civil e do Setor Produtivo para o FUNDHIS, e os representantes do Conselho da CODHAB. O Conselheiro ressaltou que a Lei nº 4.020, de 25 de setembro de 2007, que criou a CODHAB, previu a criação do Conselho de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal - CONDHAB/DF. Por isso o Conselheiro perguntou por que o CONDHAB não será eleito na Conferência das Cidades, ou por que nunca foi eleito. Disse que a Sociedade Civil tem interesse que o CONDHAB venha a existir para efetivar o sistema de desenvolvimento da política de habitação de interesse social. 3) O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira disse estar avaliando esse assunto no âmbito do PLANDHIS. A Senhora Secretária Adjunta, Giselle Moll Mascarenhas informou que na última reunião da Câmara Técnica do PLANDHIS foram apresentados o diagnóstico e a Minuta da Lei do Plano de Desenvolvimento de Habitação de Interesse Social, e o CONDHAB já está formatado dentro dessa proposta e está dentro das prioridades da SEDUH, e a criação desse conselho deve sim ser levada à frente em breve. Por não haver mais interessados da Plenária em se manifestar, o Secretário Mateus Leandro de Oliveira solicitou que a equipe da SEDUH faça um estudo para saber se existem outros projetos das gestões anteriores, principalmente da gestão passada, que foram aprovados, mas não foram implementados. E depois consultar o interessado e o Conselho Gestor do FUNDHIS se há interesse em retomar a aprovação de algum desses projetos. Sobre esse tema, o Conselheiro Antônio Batista de Moraes informou que as aprovações de todos os projetos foram canceladas, no final do ano passado, para que pudessem arremeter os 8 milhões de reais. Então, o Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira solicitou consultar o interessado, no caso, a CODHAB, e depois o Conselho Gestor do FUNDHIS, se há interesse em retomar a aprovação de algum desses projetos. A Conselheira Júnia Salomão Federman informou que os projetos que foram cancelados com a alternativa de possível andamento futuro. O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira solicitou à CODHAB, caso haja processo que tenha sido aprovado e depois cancelado e que não tenha uma alternativa para suprir determinada necessidade, que avalie e traga ao Conselho Gestor para apreciar eventual reaprovação. O Secretário também informou que COPROJ - Coordenação de Projetos da SEDUH vai analisar possíveis projetos que possam se enquadrar no FUNDHIS. E em havendo, será convocada uma reunião extraordinária para já dar andamento a esses projetos. Outra questão apresentada foi sobre a reavaliação da legislação do FUNDHIS quanto à possibilidade de criar uma lógica que assegure melhor os recursos aprovados, mesmos que estejam em processo de licitação. E ao mesmo tempo resgatar tudo que existe do ponto de vista de fontes de recursos, de acordo com o Decreto 34.364/2013, especialmente no que tange ao seu Artigo 4º, para saber se as fontes de recursos estão realmente sendo destinadas adequadamente e se há reserva de destinação de recursos para o FUNDHIS. Outro, fazer um levantamento de todas as normas que tratam do percentual de destinação de ODIR e ONALT e outras contrapartidas e percentuais do FUNDURB que vão para o FUNDHIS. O Conselheiro Antônio Batista de Moraes informou que foi feito um acordo com o Governo passado em que 5% da ODIR e 5% da ONALT seriam destinados para o FUNDHIS para investir em projetos de interesse social. Disse que houve um questionamento jurídico dizendo que isso não poderia constar na Luos, mas que o Governo faria uma lei nesse sentido. Por isso, o Conselheiro solicitou que fosse retomada a legislação da criação do FUNDHIS, mas que depois foi alterada e diminuída a arrecadação. O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira se comprometeu em encampar essa questão por entender que o FUNDHIS merece a nobreza da destinação de seus recursos. E em seguida apresentou aos presentes a Senhora Renata Nogueira Fernandes, Coordenadora da Assessoria dos Órgãos Colegiados - ASCOL da SEDUH, a quem pediu que fosse pensada uma nova disposição das mesas nas reuniões, sendo possível sentarem lado a lado, um representante da Sociedade Civil e um representante do Governo. Proposta compartilhada pela Senhora Secretária Adjunta Giselle Moll Mascarenhas, que também falou da confiança na nova gestão e integração dos órgãos e vontade de entregar um trabalho eficiente e célere, sem perder a questão técnica e a necessidade da aplicação da lei, mas com um olhar voltado

para um Estado mais eficiente. O Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira ressaltou que, diante da lei das estatais, tem adotado uma postura, como Secretário, de não ter ingerência, a exemplo da CODHAB, que é uma companhia com diretoria e conselho próprio. Finalizando os trabalhos, passou para o Item 4. Encerramento, que por não havendo mais discussões ou debates, a reunião foi encerrada pelo Senhor Secretário Mateus Leandro de Oliveira, agradecendo a presença de todos. Mateus Leandro de Oliveira - Secretário de Estado -Presidente; GISELLE MOLL MASCARENHAS - Secretária Executiva - SEDUH; LEONARDO LÚCIO LOPES CANÇADO; Membro Suplente - SEFP; JULIANA CRISTINA DE AZEVEDO FERREIRA - Membro Suplente - SEDS; RAFAEL LOSCHI FONSECA - Membro Suplente - IBRAM; JUNIA SALOMÃO FEDERMAN - Membro Suplente - CODHAB; NILVAN VITORINO DE ABREU - Membro Titular Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação; ANTONIO BATISTA DE MORAIS - Membro Titular Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação; IGOR DE FARIAS BASÍLIO - Membro Titular Representante de Entidades dos Movimentos Populares da Área de Habitação.

MATEUS LEANDRO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado
Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PAUTA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CAS/DF A SER REALIZADA EM 11 DE JULHO DE 2019, NA SEPN 515, BLOCO A, LOTE 01, 3º ANDAR, SALA 301 ÀS 9H00.

1. Abertura.
2. Justificativas de ausência dos (as) Conselheiros (as).
3. Aprovação da Pauta.
4. Apresentação do Relato da 38ª Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças-COF, realizada em 18/06/2019 - Apreciação e deliberação da Proposta de Reprogramação do Superávit Financeiro apurado no exercício de 2018 para execução em 2019.
5. Informes
6. Encerramento.

LOUISE SOUZA
Secretária Executiva

CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL

PAUTA DA 289ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CAS/DF A SER REALIZADA EM 04 DE JULHO DE 2019, NA SEPN 515, BLOCO A, LOTE 01, 3º ANDAR, SALA 301 ÀS 8H30MIN.

1. Abertura;
2. Justificativa de ausência dos conselheiros
3. Aprovação da pauta
4. Leitura das Atas das Reuniões Ordinárias nº 287 e 288;
5. Posse dos novos conselheiros;
6. Relato da 38ª Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças - COF, realizada em 18/06/2019: Apreciação e deliberação da Proposta de Reprogramação do Superávit Financeiro - apurado no exercício de 2018 para execução em 2019;
7. Relato da 25ª Reunião da Comissão de Política de Assistência Social - CPAS, realizada em 17/06/2019;
8. Relato da 71ª Reunião da Comissão de Legislação e Normas - CLN, realizada em 19/06/2019;
9. Relatório das metas do Pacto de Aprimoramento e Plano de Assistência Social, exercício de 2019;
10. Aprovação de Comissão Preparatória para realização da Conferência de Assistência Social do Distrito Federal - 2019;
11. Informes;
12. Encerramento.

LOUISE SOUZA
Secretária Executiva

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DAS SESSÕES

DECISÃO 2150/2019 (*)

PROCESSO Nº 12814/2017 - Tomada de contas especial instaurada no âmbito da Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal - SECULT, em decorrência do item "IV-b" da Decisão nº 1.682/2017, proferida nos autos do Processo nº 27.090/2013. O defendente, Dr. RODRIGO PEREIRA DE MELLO, OAB/DF 10.417, representante legal da empresa Andrey Meirelles Hermuche - EPP, compareceu, nesta assentada, e declinou do direito de realizar a sustentação oral de defesa deferida por meio do Despacho Singular nº 159/2019-GCMM e comunicada pelo Ofício-GP nº 3263/2019. DECISÃO Nº 2150/2019 - O Tribunal, por unanimidade, aprovou solicitação do Relator, no sentido de que fosse adiada a discussão da matéria, com a devolução dos autos ao seu gabinete. O Conselheiro PAULO TADEU deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF.

(*) Decisão nº 2150/2019, proferida na ata da Sessão Ordinária nº 5138, de 25 de junho de 2019, na parte relatada pelo Conselheiro MÁRCIO MICHEL ALVES DE OLIVEIRA, republicada por ter saído com incorreção no original constante no DODF nº 122, de 2 de julho de 2019, página 9.